



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
2ª Câmara de Direito Público
Gabinete Desembargador Ricardo Paes Barreto

62
40

Embargos de declaração no recurso de agravo nº 255276-3/01 - Comarca do Recife

Embargantes: André de Oliveira Lins e outros.

Embargado: Estado de Pernambuco.

EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. REDISCUSSÃO DA MATÉRIA DE MÉRITO. DESCABIMENTO. INEXISTÊNCIA DE OMISSÃO. RECURSO IMPROVIDO. 1. Os embargos de declaração não são cabíveis para a simples rediscussão da matéria. 2. As questões suscitadas foram devidamente enfrentadas no aresto embargado, não servindo a sede aclaratória ao reexame de matéria já decidida. 3. Embargos de declaração à unanimidade improvidos, não restando malferidos os arts. 5º, XXXV e 37, *caput*, ambos da CF/88.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos dos embargos de declaração no recurso de agravo nº 255276-3/01, acima referenciados, ACORDAM os Desembargadores integrantes da 2ª Câmara de Direito Público deste Tribunal de Justiça, em sessão desta data e à unanimidade, em negar-lhes provimento, nos termos da ementa supra, do voto e da resenha em anexo, que fazem parte integrante deste julgado.

P.R.I.

Recife, 21 de 02 de 2013

Des. Ricardo Paes Barreto - Presidente e relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
2ª Câmara de Direito Público
Gabinete Desembargador Ricardo Paes Barreto

63
10

Embargos de declaração no recurso de agravo nº 255276-3/01 - Comarca do Recife

Embargantes: André de Oliveira Lins e outros.

Embargado: Estado de Pernambuco.

RELATÓRIO

Cuida-se de recurso de embargos de declaração em face de acórdão assim ementado:

ADMINISTRATIVO. CONCURSO PÚBLICO DA PMPE. REPROVAÇÃO DOS AGRAVANTES NO EXAME INTELECTUAL. NOTA MÍNIMA AVERIGUADA POR DISCIPLINA. INTEGRATIVO IMPROVIDO. DECISÃO UNÂNIME. 1. Processo seletivo interno para o preenchimento das vagas disponibilizadas para o Curso de Formação de Sargentos, não tendo os agravantes logrado êxito no exame intelectual. 2. O candidato, para ser aprovado no exame intelectual, deve obter um número de acertos mínimo equivalente a 40% (quarenta por cento) em cada disciplina, estando elas dentro das suas respectivas áreas de conhecimento, conforme entendimento manifestado pela própria Comissão do Certame. 3. O mesmo critério de correção fora aplicado aos demais candidatos no certame em apreço. 4. Precedentes do TJPE. 5. Integrativo à unanimidade improvido, não considerando vulnerados os arts. 1º, parágrafo único; 5º, XXXIII, LXXII e XXXIV; e 37, *caput*, todos da CF/88 (RA 255276-3/01, 2CDP, rel. Des. Ricardo Paes Barreto, julgado em 10/01/2013).

Segundo os embargantes, a citada decisão teria sido omissa quanto ao controle do judiciário, assim como com relação aos princípios da legalidade, da publicidade e da razoabilidade, prequestionando explicitamente os arts. 5º, XXXV e 37, *caput*, ambos da CF/88.

É o relatório.

Recife, 21 de 02 de 2013

Des. Ricardo Paes Barreto
Relator



64
20

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
2ª Câmara de Direito Público
Gabinete Desembargador Ricardo Paes Barreto

Embargos de declaração no recurso de agravo nº 255276-3/01 – Comarca do Recife

Embargantes: André de Oliveira Lins e outros.

Embargado: Estado de Pernambuco.

VOTO

Busca-se nesta sede sanar omissão no tocante ao controle do judiciário, assim como com relação aos princípios da legalidade, da publicidade e da razoabilidade, com o pronunciamento explícito acerca dos arts. 5º, XXXV e 37, *caput*, ambos da CF/88.

Conforme se depreende da leitura do acórdão, as questões suscitadas foram devidamente enfrentadas no aresto embargado, não servindo esta sede aclaratória ao reexame meritório do que já foi decidido, posto que não se presta à simples rediscussão da matéria já amplamente ventilada.

Neste sentido, colaciono jurisprudência do STJ, consoante arestos adiante ementados:

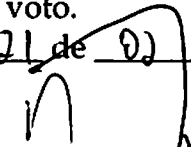
PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. ICMS. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. QUESTÃO DE ORDEM PÚBLICA. PREQUESTIONAMENTO. NECESSIDADE. REDISCUSSÃO DA MATÉRIA DE MÉRITO. IMPOSSIBILIDADE. 1. Hipótese em que o acórdão embargado foi claro ao decidir que não houve prequestionamento do art. 515 do CPC pela instância a quo. 2. Só se admite o conhecimento de matéria de ordem pública, mesmo na ausência de prequestionamento, se aberta a instância especial por outra questão, o que não ocorreu in casu. Precedentes do STJ. 3. Os Embargos Declaratórios não constituem instrumento adequado para a rediscussão da matéria de mérito. 4. Embargos de Declaração rejeitados (EDcl no AgRg no AREsp 52.437/PR, T1, rel. Min. Herman Benjamin, DJ de 24/04/2012).

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. INEXISTÊNCIA DE QUALQUER DAS HIPÓTESES DO ARTIGO 535 DO CPC. PREQUESTIONAMENTO DE MATÉRIA CONSTITUCIONAL NO ÂMBITO DESTA CORTE. DESNECESSÁRIO. 1. Nos termos do artigo 535 do Código de Processo Civil-CPC, os embargos de declaração são cabíveis para sanar omissão, obscuridade ou contradição, ou ainda para a correção de eventual erro material do julgado, o que não ocorreu. 2. O acórdão embargado dirimiu a lide de forma clara, expressa e fundamentada, conforme se infere da fundamentação transcrita no corpo deste voto. A embargante, ao argumento de ofensa ao dispositivo do Código de Ritos, busca, na verdade, rediscutir decisão que lhe foi desfavorável - no caso a (in)viabilidade de o STJ rever acórdão para afastar ou reduzir a condenação por danos morais, quando o quantum arbitrado não configura desproporcionalidade. A via dos embargos de declaração não se presta para tal propósito. 3. Inexistindo qualquer das hipóteses elencadas no art. 535 do Código de Ritos, devem ser rejeitados os aclaratórios, sob pena de abrir-se a possibilidade de rediscussão da matéria de mérito encartada nos autos e já decidida. 4. Desnecessária a manifestação expressa sobre os dispositivos constitucionais para efeito de prequestionamento. A Suprema Corte considera prequestionada a matéria constitucional pela simples interposição dos embargos declaratórios. 5. Embargos de declaração rejeitados (EDcl no AgRg no AREsp 65.739/RJ, T2, rel. Min. Castro Meira, DJ de 16/03/2012).

Por fim, se há eventual *error in iudicando* por parte do colegiado, este deve ser enfrentado através da interposição de recurso subsequente adequado e em tempo oportuno, não pela estreita via dos presentes aclaratórios, aos quais, por estas razões, nego provimento, não entendendo malferidos os arts. 5º, XXXV e 37, *caput*, ambos da CF/88.

É como voto.

Recife, 21 de 02 de 2013


Des. Ricardo Paes Barreto
Relator

65
10